

**AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO****LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 50 questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

CONHECIMENTOS GERAIS								CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
LÍNGUA PORTUGUESA I		LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO I		INFORMÁTICA I		RACIOCÍNIO LÓGICO I					
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	1,5	11 a 15	1,0	21 a 25	1,0	26 a 30	1,0	31 a 35	2,0	41 a 45	3,0
6 a 10	2,5	16 a 20	2,0	—	—	—	—	36 a 40	2,5	46 a 50	3,5

b) Um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta. No **CARTÃO-RESPOSTA**, o candidato deverá assinalar também, no espaço próprio, o gabarito correspondente às suas provas: ① Azul, ② Amarela, ③ Branca, ④ Verde. **Se assinalar um gabarito que não corresponda ao de suas provas ou deixar de assinalá-lo, terá as mesmas desconsideradas.**

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

c) se recusar a entregar o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, verifique se **ASSINALOU, NO CARTÃO-RESPOSTA, O NÚMERO DO GABARITO CORRESPONDENTE ÀS SUAS PROVAS**, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

**Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivo de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

## LÍNGUA PORTUGUESA I

### TRÂNSITO NAS GRANDES CIDADES: O PREÇO DO TEMPO PERDIDO

Quem não passou pelo pesadelo de sair de casa para um compromisso com hora marcada e ver o cronograma estourar por causa do trânsito? Assim se perderam viagens, reuniões de negócios, provas na escola e outras oportunidades. Resultado: prejuízo na certa. Seja ele financeiro ou mesmo moral — afinal, como fica a cara de quem chega atrasado ao trabalho? Mas será que existe um mecanismo que leve ao cálculo das perdas provocadas por estes preciosos minutos gastos dentro de um automóvel — ou transporte coletivo — numa avenida de uma grande cidade brasileira? Quanto custa um engarrafamento? As respostas para estas perguntas, infelizmente, ninguém sabe ao certo.

Estudo do Denatran, em parceria com o Ipea, sobre “Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras” revela que — além da perda de tempo — a retenção no trânsito provoca ainda o aumento do custo de operação de cada veículo — combustível e desgaste de peças. Os congestionamentos trazem danos também para os governos. Cidades e estados gastam fortunas com esquemas de tráfego, engenheiros, equipamentos e guardas de trânsito.

Quando motivado por acidente, o engarrafamento fica ainda mais caro, pois envolve bombeiros, ambulâncias, médicos, hospitais, internações, medicamentos, lucros cessantes e, eventualmente, custos fúnebres, além das perdas familiares. Nos Estados Unidos, as autoridades incluíram, no custo financeiro do engarrafamento, o estresse emocional provocado em suas 75 maiores cidades. Conta final: U\$ 70 bilhões/ano. Isso sem falar nos custos ambientais — é consenso na comunidade científica que a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, pelos automóveis é uma das principais causas de emissões de carbono, um dos causadores do aquecimento global.

A maior cidade do Brasil tem também os maiores engarrafamentos. A frota da Grande São Paulo atingiu, em 2008, a marca de seis milhões de veículos. Este número só aumenta: são vendidos cerca de 600 carros por dia — segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). O consultor de tráfego Horácio Figueira só vê uma solução: “É preciso priorizar o transporte coletivo. Caso contrário, as cidades vão parar”, alerta. Enquanto 60% da população do país utilizam o transporte público, apenas 47% dos paulistanos seguem o mesmo exemplo. A falta de conforto e os itinerários limitados dos ônibus levaram 30% dos usuários a optar pelas vans, realimentando os quilométricos congestionamentos da cidade.

CARNEIRO, Claudio. In: **Opinião e Notícia**, 20 mar. 2008. Disponível em: <http://opinioenoticia.com.br/vida/transito-nas-grandes-cidades-o-preco-do-tempo-perdido>. Acesso em: 3 ago. 2009.

1

“— afinal, como fica a cara de quem chega atrasado ao trabalho?” (ℓ. 6-7)

Quem chega atrasado ao trabalho em virtude de problemas no trânsito provavelmente demonstrará

- (A) consternação. (B) comiseração.  
(C) compaixão. (D) compaixividade.  
(E) constrangimento.

2

No primeiro parágrafo do texto são apresentadas as perguntas a seguir.

- I – Quem não passou pelo pesadelo de sair de casa para um compromisso com hora marcada e ver o cronograma estourar por causa do trânsito?  
II – ...como fica a cara de quem chega atrasado ao trabalho?  
III – ...será que existe um mecanismo que leve ao cálculo das perdas...?  
IV – Quanto custa um engarrafamento?

As perguntas a que se refere o trecho “As respostas para estas perguntas, infelizmente, ninguém sabe ao certo.” (ℓ. 12-13) são:

- (A) I e II, apenas. (B) I e III, apenas.  
(C) II e IV, apenas. (D) III e IV, apenas.  
(E) I, II, III e IV.

3

Segundo o estudo do Denatran, entre os fatores que contribuem para o prejuízo causado pelo trânsito **NÃO** se inclui o(a)

- (A) aumento do custo de operação de cada veículo.  
(B) estresse emocional provocado pelos engarrafamentos.  
(C) gasto com sistemas de tráfego pelos governos.  
(D) despesa com pessoal especializado em trânsito.  
(E) perda de tempo, que pode trazer inúmeros danos.

4

Observe as afirmativas abaixo.

- I – Em São Paulo, as pessoas usam menos o transporte público do que nos outros lugares do Brasil.  
II – A solução para o trânsito de São Paulo é aumentar o número de carros particulares.  
III – A falta de conforto dos ônibus é uma das causas para o desfavorecimento do seu uso.

De acordo com o texto, está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I.  
(B) III.  
(C) I e II.  
(D) I e III.  
(E) II e III.

**5**

Indique uma afirmação que **NÃO** está contida no período “Isso sem falar...aquecimento global.” (ℓ. 31-36)

- (A) A comunidade científica ressalta a importância dos custos ambientais.
- (B) A queima de combustíveis fósseis é uma das causas da emissão de carbono.
- (C) O carbono é um dos causadores do aquecimento global.
- (D) O petróleo é um combustível fóssil.
- (E) Os automóveis queimam combustíveis fósseis.

**6**

A palavra que **NÃO** substitui adequadamente “motivado” na sentença “Quando motivado por acidente, o engarrafamento fica ainda mais caro,” (ℓ. 24-25) é:

- (A) causado. (B) provocado.
- (C) determinado. (D) despertado.
- (E) promovido.

**7**

Assinale a opção que traz os sinais de pontuação que podem ser usados para substituir os travessões em “— ou transporte coletivo —”. (ℓ. 10-11)

- (A) (ou transporte coletivo)
- (B) :ou transporte coletivo;
- (C) ;ou transporte coletivo;
- (D) ,ou transporte coletivo.
- (E) ,ou transporte coletivo...

**8**

As palavras em destaque **NÃO** podem ser substituídas pelos pronomes à direita em:

- (A) José suspendeu **o envio da correspondência** – suspendeu-o.
- (B) O diretor convidou **os funcionários** para um evento – convidou-lhes.
- (C) A concessionária vendeu **os carros** em poucas horas – vendeu-os.
- (D) João viu **o relatório** antes da reunião – viu-o.
- (E) Os congestionamentos trazem danos **para os empresários** – trazem-lhes.

**9**

Observe o período.

A meta do governo é fazer com que as pessoas **usem** mais transportes coletivos.

Os verbos destacados no período acima podem ser substituídos, respectivamente, mantendo a correção gramatical, por

- (A) foi e tenham usado.
- (B) era e usavam.
- (C) era e usassem.
- (D) será e terão usado.
- (E) será e terem usado.

**10**

Observe a sentença abaixo.

É preciso priorizar o transporte coletivo. Caso contrário, as cidades vão parar.

Marque a opção em que a reescritura causa **ALTERAÇÃO** de significado.

- (A) É preciso priorizar o transporte coletivo, ou então, as cidades vão parar.
- (B) É preciso priorizar o transporte coletivo, senão as cidades vão parar.
- (C) É preciso priorizar o transporte coletivo, pelo contrário, as cidades vão parar.
- (D) Se não se priorizar o transporte coletivo, as cidades vão parar.
- (E) Caso não se priorize o transporte coletivo, as cidades vão parar.

## LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO I

**11**

Marcelo impugnou um auto de infração perante o órgão executivo de trânsito e, após, recorreu à Junta Administrativa de Recursos de Infrações. Negado o recurso, Marcelo

- (A) deve pagar a multa imediatamente, uma vez que inexistente outra forma de impugnação.
- (B) pode recorrer ao Conselho Estadual de Trânsito e, caso o recurso seja novamente indeferido, recorrer ainda a uma das Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Trânsito.
- (C) pode recorrer ao Departamento Estadual de Trânsito e, caso o recurso seja novamente indeferido, recorrer ainda a uma das Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Trânsito.
- (D) pode recorrer ao Departamento Estadual de Trânsito, que é a última esfera administrativa.
- (E) pode recorrer ao Conselho Estadual de Trânsito, que é a última esfera administrativa.

**12**

Marcos dirige seu veículo pela via pública, quando percebe, à sua frente, um semáforo queimado. Logo após o semáforo, dois pedestres esperam a oportunidade de atravessar a pista, pela faixa de pedestres. Não há qualquer agente de trânsito no local ou mesmo placa que indique ser área de travessia de pedestres. Neste caso, Marcos

- (A) tem a prioridade de passagem já que, com o semáforo queimado, apenas uma autoridade de trânsito teria competência para interromper o trânsito de veículos.
- (B) deve reduzir ou mesmo parar o veículo e esperar pela travessia dos pedestres.
- (C) deve apenas diminuir a velocidade, por segurança, inexistindo norma que o obrigue a dar preferência aos pedestres.
- (D) deve parar o veículo, ainda que surja um agente de trânsito no local sinalizando o contrário.
- (E) deve parar o veículo, ainda que o semáforo volte a funcionar e dê preferência ao motorista.

**13**

João é motorista de micro-ônibus e está trafegando em rodovia em boas condições de conservação, mas que não possui qualquer placa de sinalização de velocidade. A velocidade mínima permitida, em km/h, para seu veículo é

- (A) 110
- (B) 90
- (C) 55
- (D) 45
- (E) 20

**14**

Patrícia adquiriu veículo seminovo em 2009 e descobriu que o antigo proprietário deixou de pagar o IPVA relativo ao ano de 2008. Neste caso, para obter o certificado de licenciamento anual do veículo referente a 2009, Patrícia

- (A) deverá pagar apenas o IPVA de 2009, uma vez que as dívidas anteriores, relativas ao veículo, são de responsabilidade do antigo proprietário, já que a transferência de propriedade foi comunicada no prazo legal.
- (B) deverá pagar apenas o IPVA de 2008, uma vez que o licenciamento anual depende apenas da quitação de débitos relativos aos exercícios anteriores.
- (C) deverá pagar os IPVA de 2008 e 2009, uma vez que a responsabilidade por tais débitos é sempre do proprietário do veículo.
- (D) não precisa pagar nenhum IPVA, visto que o pagamento de tributo não é condição para a obtenção do certificado de licenciamento anual.
- (E) não precisa pagar nenhum IPVA, uma vez que o certificado de licenciamento anual não é documento de porte obrigatório.

**15**

Joaquim, embriagado, conduzia seu veículo à velocidade de 20 km/h em rodovia federal, na qual a velocidade máxima permitida é de 110 km/h. Ao ser abordado pela autoridade policial, esta verificou ainda que Joaquim estava com o direito de dirigir suspenso. No que tange à esfera administrativa, considere as afirmativas abaixo.

- I – Joaquim computará quatro pontos em sua carteira pelo fato de dirigir em velocidade abaixo da mínima permitida.
- II – Joaquim praticou infração grave ao dirigir embriagado.
- III – A violação à suspensão do direito de dirigir acarreta pontuação maior que a direção sob efeito de álcool.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

**16**

A repartição de competências executivas em matéria de trânsito é complexa e envolve os três níveis da federação. Especificamente no âmbito estadual, é possível afirmar que compete

- (A) apenas à Polícia Militar o policiamento ostensivo de trânsito.
- (B) ao DETRAN fixar, por portaria, a pontuação a ser atribuída aos motoristas em virtude de infrações administrativas.
- (C) aos Departamentos Estaduais de Trânsito fixar normas de trânsito em sua circunscrição, ainda que em sentido contrário às disposições do DENATRAN.
- (D) aos órgãos estaduais realizar vistorias e emplacements, bem como expedir o certificado de licenciamento anual, sendo isto feito por delegação da União.
- (E) aos Municípios apenas participar de campanhas educativas de trânsito, não podendo realizar autuações de trânsito.

**17**

O Código de Trânsito Brasileiro é uma lei abrangente, que busca disciplinar as relações de trânsito relativas não apenas a automóveis, motos e ônibus, mas também a

- (A) ciclomotores.
- (B) metrô sobre trilhos.
- (C) bondes sobre trilhos.
- (D) bicicletas, que são equiparadas às motonetas.
- (E) barcos a motor, que também se enquadram no conceito de “veículo automotor”.

**18**

Jorge dirigia o carro de João, seu irmão, em via de mão dupla. Para desviar de caminhão que realizava descarga à sua frente, acabou cruzando a faixa divisória e invadindo, momentaneamente, a pista em sentido oposto. Após ultrapassar o caminhão, foi abordado por Policial Militar que identificou o condutor e comunicou que lavraria auto de infração por ultrapassagem pela contramão em local proibido. Irresignado com a autuação, Jorge se recusou a assinar o auto de infração, afirmando que o Policial não teria como provar o cometimento da infração. Nesta situação,

- (A) o auto de infração, mesmo sem a assinatura, valerá como notificação, pois o Policial Militar atestará que o condutor estava presente, tendo sido identificado e comunicado.
- (B) o auto de infração não valerá como notificação, mas esta será enviada a Jorge, que foi identificado pelo Policial Militar.
- (C) o auto de infração será considerado insubsistente, já que não será possível provar que o condutor cometeu aquela infração administrativa.
- (D) a notificação será sempre enviada ao proprietário do veículo, no caso, o irmão de Jorge, havendo ou não assinatura.
- (E) Jorge não poderá ser responsabilizado pela infração, ante a falta de assinatura, sendo certo que a notificação será enviada ao seu irmão.

**19**

O transporte escolar demanda uma série de cuidados especiais, o que se aplica tanto para o condutor quanto para o veículo. Neste contexto, Marcos, querendo se habilitar como motorista de van escolar,

- (A) deverá ter ao menos 24 anos de idade e possuir carteira de habilitação há, pelo menos, três anos.
- (B) deverá ser habilitado na categoria C.
- (C) deverá ser aprovado em curso de direção defensiva.
- (D) não poderá ser reincidente, nos últimos 12 meses, em infrações médias, graves ou gravíssimas.
- (E) não poderá ter cometido, nos últimos 12 meses, infrações médias, graves ou gravíssimas.

**20**

Ricardo trafegava em via urbana quando foi autuado por Guarda Municipal, porque não estava usando o cinto de segurança. Recorreu da infração, sustentando que apenas a Polícia Militar teria atribuição para multá-lo. Esse recurso deverá ser

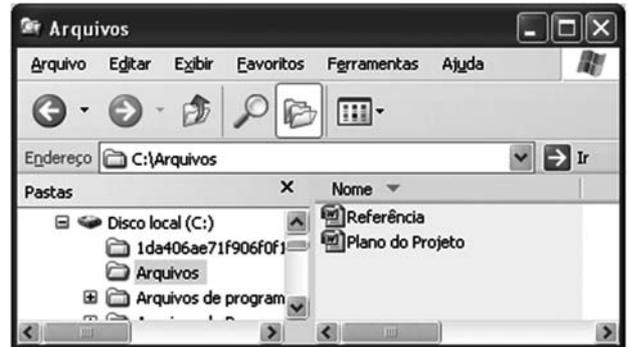
- (A) provido, uma vez que o Município não tem poder de polícia de trânsito.
- (B) provido, uma vez o Município, apesar de ter poder de polícia de trânsito, não tem competência para fiscalizar esse tipo de infração.
- (C) provido, uma vez que diante da ausência de regulamentação do CONTRAN sobre a matéria, a fiscalização dessa infração é de competência apenas do Estado.
- (D) rejeitado, uma vez que fiscalizar essa infração é competência tanto dos Estados como dos Municípios, conforme regulamentação do CONTRAN.
- (E) rejeitado, uma vez que só o Município pode fiscalizar essa infração, conforme regulamentação do CONTRAN.

## INFORMÁTICA I

**21**

Qual das teclas do teclado de um computador aciona o modo caixa alta, fazendo com que os caracteres, digitados após o seu acionamento, sejam exibidos em sua forma maiúscula?

- (A) Alt
- (B) Esc
- (C) Home
- (D) Pg Up
- (E) Caps Lock

**22**

A figura acima mostra a janela denominada Arquivos, que está sendo executada em um computador com Windows XP, em sua configuração padrão. O que ocorrerá após se clicar em e, em seguida, clicar ?

- (A) A lista de arquivos da pasta Arquivos será ordenada de cima para baixo em ordem alfabética crescente.
- (B) A janela irá apresentar a lista de pastas e arquivos de c:\.
- (C) O arquivo Referência será aberto automaticamente pelo Word.
- (D) O arquivo Referência será movido automaticamente para a pasta c:\.
- (E) O arquivo Referência será copiado para a área de transferência.

**23**

Por meio da URL [www.google.com.br](http://www.google.com.br) em um navegador da Internet, temos acesso a

- (A) ferramentas que podem facilitar a busca por informações na Internet.
- (B) uma enciclopédia multilíngue online, livre e colaborativa, escrita internacionalmente por várias pessoas voluntárias.
- (C) uma página cujo principal objetivo é realizar a tradução automática de textos.
- (D) uma loja virtual focada na venda de livros e brinquedos importados.
- (E) um pacote de aplicativos para escritório que contém processadores de texto e planilhas de cálculo em ambiente Web.

**24**

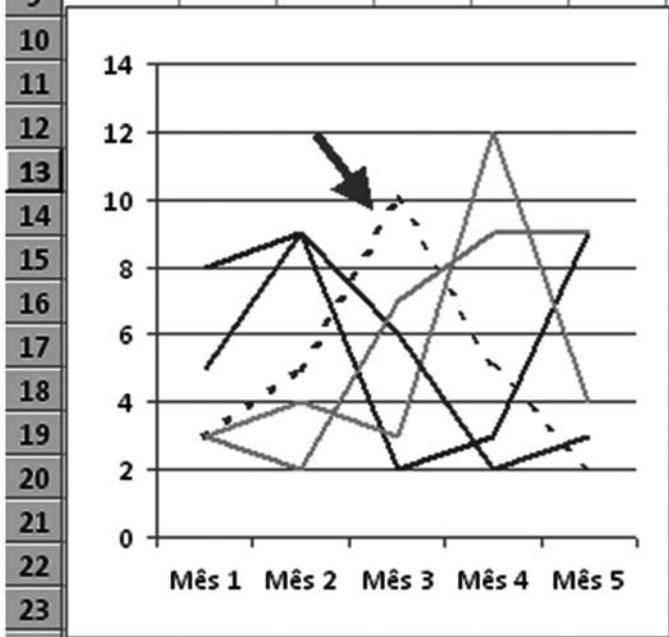
Um usuário do Word 2000, com suas configurações padrões, deseja configurar o mesmo tipo de fonte, borda, alinhamento e espaçamento, antes e após cada parágrafo, para todos os parágrafos do seu documento. Qual recurso ele deve utilizar para definir todo esse conjunto de formatações?

- (A) Configuração de página
- (B) Cabeçalho e rodapé
- (C) Colunas
- (D) Estilo
- (E) Layout

25

Analise a planilha e o gráfico a seguir, que representam a venda de produtos por mês.

	A	B	C	D	E	F
1	<b>Vendas</b>	<b>Mês 1</b>	<b>Mês 2</b>	<b>Mês 3</b>	<b>Mês 4</b>	<b>Mês 5</b>
2	<b>Arroz</b>	3	5	10	5	2
3	<b>Feijão</b>	8	9	2	3	9
4	<b>Batata</b>	3	4	3	12	4
5	<b>Cebola</b>	5	9	6	2	3
6	<b>Frango</b>	3	2	7	9	9
7						
8	<b>Total:</b>	<b>137</b>				
9						



Considerando a situação apresentada no gráfico, o eixo x representa os meses, o y representa o total de vendas, e as linhas, os respectivos produtos. No gráfico que foi produzido a partir da planilha, a linha pontilhada e indicada pela seta (  ) representa as vendas do seguinte produto:

- (A) Arroz
- (B) Feijão
- (C) Batata
- (D) Cebola
- (E) Frango

## RACIOCÍNIO LÓGICO I

26

Considere verdadeira a seguinte proposição:

“Se  $x = 3$ , então  $x$  é primo”.

Pode-se concluir que

- (A) se  $x$  é primo, então  $x = 3$
- (B) se  $x$  não é primo, então  $x = 3$
- (C) se  $x$  não é primo, então  $x \neq 3$
- (D) se  $x \neq 3$ , então  $x$  é primo
- (E) se  $x \neq 3$ , então  $x$  não é primo

27

Se Lauro sair cedo do trabalho, então jantará com Lúcia. Se Lúcia janta com Lauro, então não come na manhã seguinte. Sabendo-se que, essa manhã, Lúcia comeu, conclui-se que

- (A) Lúcia jantou na noite anterior.
- (B) Lúcia jantará esta noite.
- (C) Lauro jantou na noite anterior.
- (D) Lauro saiu cedo do trabalho.
- (E) Lauro não saiu cedo do trabalho.

28

Sobre uma mesa há 3 moedas do sistema monetário brasileiro, cujos valores são diferentes. Retira-se uma delas, de modo que as duas moedas que permanecem sobre a mesa totalizam 30 centavos. Coloca-se a moeda retirada de volta e, a seguir, retira-se outra moeda. Dessa vez, as duas moedas que permanecem sobre a mesa somam 15 centavos. A soma, em centavos, dos valores das 3 moedas é

- (A) 30
- (B) 35
- (C) 40
- (D) 45
- (E) 50

29

A negação da proposição “Mário é brasileiro ou Maria não é boliviana” é

- (A) Mário não é brasileiro ou Maria é boliviana.
- (B) Mário não é brasileiro e Maria é boliviana.
- (C) Mário não é brasileiro e Maria não é boliviana.
- (D) Mário é brasileiro e Maria não é boliviana.
- (E) Mário é brasileiro ou Maria é boliviana.

30

Em uma urna há 4 bolas: 2 azuis, 1 branca e 1 verde. É correto afirmar que

- (A) se 2 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente terão cores diferentes.
- (B) se 2 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente uma será azul.
- (C) se 3 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente todas terão cores diferentes.
- (D) se 3 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente uma será azul.
- (E) se 3 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente uma será branca.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****31**

Considere as afirmativas abaixo sobre os Poderes da República no Brasil.

- I – O Poder Executivo estadual é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.
- II – O Poder Legislativo estadual é exercido pela Assembleia Legislativa.
- III – O Poder Judiciário municipal é exercido pelos Juízes de Direito.
- IV – O Poder Executivo federal é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

**32**

A respeito da Constituição Federal e dos diferentes tipos de leis, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) As leis federais devem estar de acordo com a Constituição Federal.
- (B) As leis estaduais devem estar de acordo com as leis federais.
- (C) As Constituições estaduais devem estar de acordo com os princípios da Constituição Federal.
- (D) As Leis Orgânicas municipais devem estar de acordo com os princípios da Constituição do respectivo Estado.
- (E) As Leis Orgânicas municipais devem estar de acordo com os princípios da Constituição Federal.

**33**

Considere as afirmativas abaixo sobre as competências da União, dos Estados e dos Municípios.

- I – A competência legislativa dos Estados-membros está enumerada taxativamente na Constituição, sendo inconstitucional, por invasão de competência, a lei estadual que dispuser sobre assunto não especificado como próprio dos Estados.
- II – A competência legislativa concorrente entre União e Estados é estabelecida pela Constituição em um de seus artigos, preponderando, neste caso, a lei federal sobre a estadual.
- III – A competência para legislar sobre política nacional de transportes é da União, e a competência para legislar sobre trânsito e transportes é concorrente.
- IV – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer política de educação para a segurança do trânsito.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e III.

**34**

Suponha que o Departamento de Trânsito do Estado do Acre (DETRAN/AC) pretenda rever atos administrativos praticados há mais de quinze anos. Considerando que tais atos administrativos vêm produzindo, desde então, efeitos jurídicos favoráveis aos seus destinatários, qual princípio poderia ser invocado para impedir tal postura administrativa?

- (A) Motivação.
- (B) Segurança jurídica.
- (C) Sanatória dos atos administrativos.
- (D) Irrevogabilidade dos atos administrativos.
- (E) Inafastabilidade do controle jurisdicional.

**35**

O Departamento de Trânsito do Estado do Acre (DETRAN/AC), por ser uma autarquia estadual, integra a Administração Pública

- (A) direta e possui personalidade jurídica de direito privado.
- (B) direta e não possui personalidade jurídica própria.
- (C) indireta e possui personalidade jurídica de direito público.
- (D) indireta e possui personalidade jurídica de direito privado.
- (E) indireta e não possui personalidade jurídica própria.

**36**

No que tange aos atos administrativos, analise as assertivas abaixo.

- I – São elementos dos atos administrativos: a competência, a forma, o motivo, o objeto e a finalidade.
- II – Estão sujeitos a controle judicial os atos discricionários e os atos vinculados, inclusive no que tange ao mérito administrativo.
- III – A presunção de legalidade, legitimidade e economicidade é um atributo dos atos administrativos que só pode ser desconstituído por força de decisão judicial.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) assertiva(s)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

**37**

Ao cuidar do poder de polícia de trânsito dos Estados, o Código de Trânsito Brasileiro dispõe que a(o)

- (A) Polícia Militar estadual deve fiscalizar e reprimir a sobrecarga de caminhões em todas as estradas que cortem seu território.
- (B) decisão sobre a conveniência ou não de fiscalizar a emissão de poluentes produzidos pelos veículos automotores compete ao órgão executivo de trânsito do Estado.
- (C) arrecadação das multas impostas pelo Município por infrações de excesso de lotação dos veículos compete ao órgão executivo de trânsito do Estado.
- (D) expedição da Carteira Nacional de Habilitação compete ao órgão executivo de trânsito do Estado, em virtude de delegação do órgão federal competente.
- (E) agente de trânsito estadual deve, sempre que possível, arrecadar o valor da multa imposta, ao autuar um infrator.

**38**

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, para que o agente da autoridade de trânsito possa lavrar autos de infração, ele

- (A) poderá ser servidor civil sob o regime celetista.
- (B) deverá ser, necessariamente, servidor civil estatutário ou policial militar.
- (C) deverá ser, necessariamente, servidor civil celetista ou policial militar.
- (D) deverá ser, necessariamente, policial militar ou policial rodoviário federal.
- (E) deverá ser policial civil.

**39**

Felipe foi notificado de autuação por transitar em velocidade incompatível com o local, em rua próxima à sua casa e em horário de saída de escola. Quer contestar a autuação, já que o radar da referida rua está quebrado há um mês e a autoridade de trânsito que o autuou não colheu a sua assinatura. Nesse caso, Felipe

- (A) tem razão, pois, com o radar quebrado, não pode prevalecer a palavra da autoridade de trânsito.
- (B) tem razão, porque a assinatura do infrator é elemento indispensável para a validade do auto de infração.
- (C) não tem razão, porque a fiscalização por radar não é reconhecida pelo Código de Trânsito como meio de prova da infração.
- (D) não tem razão, porque a lei não prevê a assinatura do infrator como elemento do auto de infração.
- (E) não tem razão, porque mesmo com o radar quebrado, a declaração da autoridade vale como prova e a falta de assinatura do infrator não invalida a autuação.

**40**

Retenção e remoção de veículos são medidas diferenciadas e que não se confundem. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual é proibido, na hipótese de retenção.
- (B) a liberação do veículo, no caso de retenção, está condicionada ao pagamento de todas as multas devidas, o que não ocorre na remoção.
- (C) a apreensão decorrente da retenção terá prazo de trinta dias, podendo o prazo ser renovado a critério do órgão executivo de trânsito estadual, até que a irregularidade seja sanada.
- (D) tanto a retenção como a remoção podem ensejar recolhimento ao depósito, caso em que será lavrado termo de apreensão de veículo.
- (E) somente no caso de remoção é possível sanar a irregularidade no local da infração, liberando-se o veículo.

**41**

Luiz pegou emprestado o carro de propriedade de seu irmão, Manoel. Parado numa blitz policial, foi lavrado auto de infração, porque o veículo estava com o certificado de licenciamento anual expirado há dois anos. Nesse caso, a responsabilidade pela infração é

- (A) inicialmente de Luiz, que pode transferi-la a Manoel.
- (B) de Luiz e de Manoel, sendo que cada um receberá uma autuação diferente.
- (C) de Luiz e de Manoel, sendo que haverá apenas uma autuação.
- (D) de Luiz, que deveria ter verificado a validade do certificado antes de guiar o automóvel.
- (E) de Manoel, já que cabe ao proprietário manter o veículo regularizado.

**42**

Raquel foi autuada, nos últimos doze meses, por três infrações de natureza grave e uma de natureza média, todas devidamente notificadas e em face das quais não cabe mais recurso. As multas já foram pagas. Nesse caso, Raquel

- (A) será condenada por crime de trânsito, se for autuada novamente.
- (B) deverá passar por curso de reciclagem.
- (C) está livre de qualquer punição administrativa.
- (D) terá seu veículo apreendido.
- (E) terá suspenso seu direito de dirigir por um período entre um mês e um ano.

**43**

A legislação de trânsito prevê a possibilidade de substituição da pena de multa por advertência escrita. Essa substituição pode ocorrer

- (A) também com o pedestre, se a autoridade de trânsito julgar conveniente.
- (B) quando o condutor não tiver somado vinte pontos na carteira nos últimos doze meses, ainda que seu prontuário não recomende.
- (C) quando, pelas características do infrator, ficar claro que a multa não surtirá o efeito desejado.
- (D) sempre que o infrator não for reincidente em uma infração média ou grave, passível de multa.
- (E) sempre que a autoridade de trânsito julgar conveniente.

**44**

O órgão executivo de trânsito, para aplicar uma penalidade por determinada infração, deve seguir um procedimento estabelecido pela legislação de trânsito. Neste procedimento, destaca-se a

- (A) remessa da notificação da penalidade imposta, no prazo máximo de trinta dias.
- (B) necessidade de que a notificação da penalidade não seja devolvida por desatualização do endereço do proprietário.
- (C) necessidade de que o auto de infração seja considerado inconsistente ou irregular.
- (D) existência de duas notificações, uma relativa à autuação e outra, à imposição da penalidade.
- (E) remessa da notificação ao Ministério da Justiça, no caso de o infrator ser Cônsul.

**45**

Jair foi autuado por uma infração de trânsito e recorreu. A autoridade de trânsito encaminhou o recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infrações. O recurso ainda não foi julgado. Nessa situação, Jair

- (A) só poderá pagar a multa após o julgamento do último recurso.
- (B) só terá de pagar a multa se o recurso não for julgado em trinta dias.
- (C) terá de pagar a multa, já que o recurso não tem efeito suspensivo.
- (D) perderá o direito de ver o recurso julgado, se pagar a multa.
- (E) tem a liberdade de pagar ou não a multa, sendo reembolsado se o recurso for julgado procedente.

**46**

Após completar sua formação como motorista, Cristina fez exames para obter a Carteira Nacional de Habilitação. Sobre esse documento, assinale a afirmação correta.

- (A) Só tem validade se for apresentado junto com documento de identidade com fé pública em todo o território.
- (B) Contém diversas informações acerca do condutor, como tipo sanguíneo e endereço atualizado.
- (C) Recebe número de registro no RENACH idêntico ao número do documento de identidade.
- (D) Recebe duas carteiras, com dois registros no RENACH, aquele condutor que for habilitado em duas categorias.
- (E) É vedada a apresentação de fotocópia pelo condutor, mesmo que seja autenticada.

**47**

O Código de Trânsito Brasileiro prevê a existência de uma estatística geral de trânsito, que engloba não apenas os acidentes e as vítimas, mas as habilitações, as autuações, as penalidades aplicadas, entre outros aspectos. Sobre essa estatística geral, analise as afirmativas a seguir.

- I – É organizada pelos órgãos executivos de trânsito dos estados, sendo apenas arquivada pelo órgão de trânsito máximo da União.
- II – Reúne dados coletados pelos diferentes órgãos e entidades de trânsito da Federação, sendo vedada sua divulgação, por questão de segurança.
- III – Haverá modelo padrão de coleta das informações, fixado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.
- IV – Os dados estatísticos para sua elaboração serão remetidos pelos órgãos executivos de trânsito em intervalos não superiores a dois meses.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I. (B) III.
- (C) II e III. (D) II e IV.
- (E) III e IV.

**48**

No que tange à fiscalização dos caminhões de carga, considere as afirmativas a seguir.

- I – É admitida a fiscalização do excesso de peso por meio da análise da documentação da carga, já que nem todo posto de controle possui equipamento de pesagem.
- II – Trafegar com excesso de peso constitui infração grave, mas é admitida certa margem de tolerância.
- III – A fiscalização por excesso de carga é atribuição dos órgãos e entidades executivos rodoviários de todos os entes da Federação.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III. (B) I e II.
- (C) I e III. (D) II e III.
- (E) I, II e III.

**49**

Os veículos abaixo são registráveis no órgão de trânsito, segundo a disciplina do Código de Trânsito Brasileiro, **EXCETO** os

- (A) de pavimentação de ruas.
- (B) de uso bélico.
- (C) carros policiais.
- (D) reboques oficiais.
- (E) automóveis oficiais da União.

**50**

A placa dos veículos é uma das formas de exteriorizar sua identificação e pode auxiliar o agente de trânsito na responsabilização dos culpados pelas ocorrências de trânsito. Dentre as regras relativas às placas, está aquela que

- (A) dispensa a placa dianteira nos veículos de três rodas.
- (B) permite o reaproveitamento do número da placa após a baixa do registro do veículo.
- (C) proíbe a utilização de placas particulares por carros policiais, em qualquer hipótese.
- (D) estabelece a obrigatoriedade de placas para bicicletas, norma ainda não regulamentada.
- (E) reserva as placas com as cores verde e amarela apenas para o Presidente e o Vice-Presidente da República.